



DIVULGAÇÃO

**Futuro da energia**  
PÁG. 42

## NOS ROYALTIES, FEITIÇO PODE VIRAR CONTRA O FEITICEIRO

Hoje, Norte e Nordeste defendem tirar receitas do Rio e ES, mas podem perder com a nova rodada de petróleo e gás, a partir de maio

**Lixo eletrônico**  
PÁG. 43

## 500 milhões

Esse é o número estimado de produtos eletrônicos sem uso abandonados nos lares brasileiros, de velhos celulares e impressoras a computadores

## AMEAÇA NA AMAZÔNIA

# Mina em terra de índio

Empresas fazem 4.519 pedidos para explorar de ouro a cobre e aguardam o Congresso

DANIELLE NOGUEIRA  
danielle.nogueira@oglobo.com.br

Enquanto o governo corre contra o tempo para tirar do papel o polêmico substitutivo ao projeto de lei 1610/96, que regulamenta a mineração em terras indígenas, solicitações para pesquisa mineral nessas áreas não param de chegar ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM). Levantamento feito a pedido do GLOBO revela que existem 4.519 requerimentos de pesquisa em terras indígenas aguardando o aval do Congresso. Eles estão concentrados em 17 reservas na Amazônia Legal, como as dos ianomamis (RR) e dos caiapós, e têm como alvo desde ouro e cobre até níquel e estanho. Entre as empresas interessadas estão gigantes, como a Vale, e até multinacionais, como a anglo-sul-africana Anglo American.

Organizações defensoras dos direitos indígenas temem que a atividade provoque danos ambientais e comprometa os costumes de povos tradicionais, tornando-os dependentes de recursos financeiros externos. Também criticam o substitutivo por não dar poder de veto às comunidades e não resguardar áreas dentro das reservas para cultos, cultivo de grãos e moradia. Após grita do movimento indígena, a Funai fixou um calendário de audiências públicas, de forma que os grupos étnicos afetados pudessem ser ouvidos. A primeira está prevista para a próxima quinta-feira, em Rio Branco (AC).

Embora a maioria dos 4.519 pedidos seja da década de 90, nos últimos dois anos o número de solicitações voltou a subir: 102 em 2011 e 127 em 2012. Este ano, já há 12. Quem lidera a lista é a Mineração Silvana, do grupo Santa Elina (738). Em seguida vêm Vale (211, dos quais três protocolos em 2011), Mineração Tanagra (176); Mineração Serra Morena (166) e Mineração Itamaracá (125), controlada pela Anglo.

A Anglo disse que “desde 1996 mantém diversos pedidos de pesquisa mineral junto ao DNPM, a fim de identificar e mapear recursos minerais que possam abrigar operações no futuro”. Representantes da Serra Morena não foram encontrados. As demais companhias não se manifestaram.

**Cleber Buzatto**  
Secretário-executivo do Cimi

para a pesquisa nas reservas. Mas as mineradoras as mantêm ativas, na expectativa que as regras atuais sejam mantidas. Hoje, os pedidos são analisados por ordem de chegada no DNPM.

O que está por trás desse movimento é a recente alta dos preços das *commodities* e a proximidade do esgotamento das reservas minerais de qualidade no mundo, o que tem levado empresas a pressionar o governo a liberar a mineração em terras intocadas. Desde 2008, o preço do ouro dobrou. Não por acaso, é ele o alvo de metade (2.263) dos pedidos.

A liberação de novas fronteiras exploratórias deve ser entendida ainda no bojo das mudanças do Código Mineral no país:

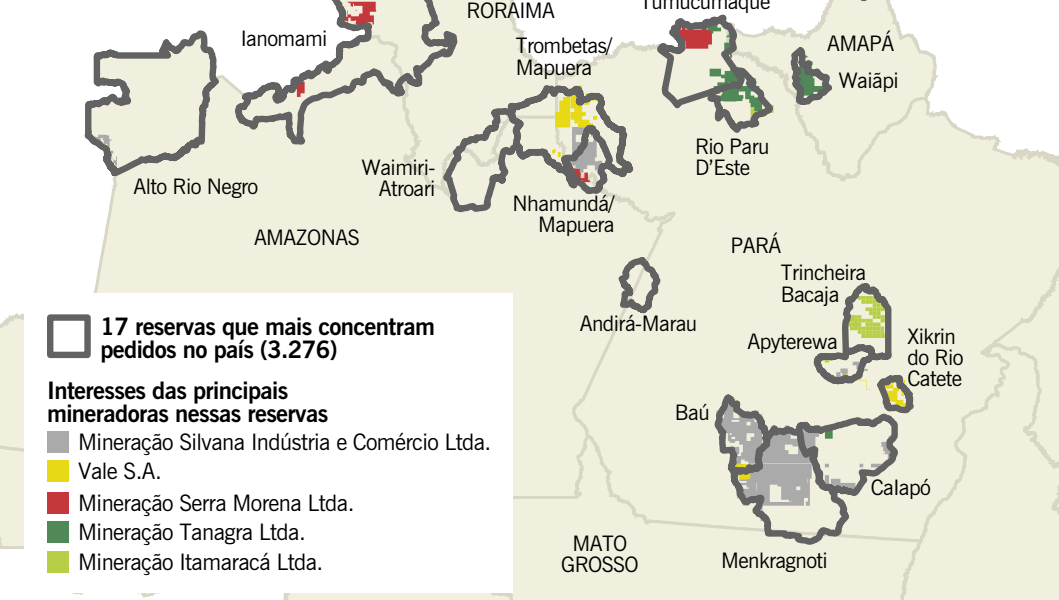
— Há uma tendência na América do Sul de os governos mudarem as regras da mineração, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, ampliar a participação do Estado nessas riquezas, visando à obtenção de recursos para programas sociais. É o chamado neoextrativismo — diz Bruno Milanez, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que estuda mineração e conflitos ambientais.

O maior número de solicitações (664) incide sobre as terras dos ianomamis. Segundo cálculos do Instituto Socioambiental (ISA), esses requerimentos cobrem 55% de seu território. Casos ainda mais alarmantes são os das reservas de Xikrin do Cateté e Baú, ambas no Pará, onde os pedidos cobrem 100% e 93% do território.

Além do risco de degradação ambiental, re-

### O MAPA DAS RIQUEZAS

Há 4.519 requerimentos de pesquisa mineral em terras indígenas no Brasil, aguardando a regulamentação da atividade nessas reservas



### AS DEZ RESERVAS COM O MAIOR NÚMERO DE PEDIDOS

|                       |     |                                    |
|-----------------------|-----|------------------------------------|
| Ianomami              | 664 | Ouro, cassiterita e chumbo         |
| Menkragnoti           | 410 | Ouro, níquel e wolframita          |
| Alto Rio Negro        | 386 | Ouro, titânio e fosfato            |
| Caiapó                | 230 | Ouro, estanho e cobre              |
| Baú                   | 227 | Ouro, zinco e platina              |
| Waimiri-Atroari       | 195 | Cobre, ouro, cassiterita e chumbo  |
| Parque do Tumucumaque | 176 | Ouro, wolframita, rutílio, titânio |
| Rio Paru D'Este       | 167 | Ouro, cobre e enxofre              |
| Trombetas/Mapuera     | 142 | Ouro, cassiterita e estanho        |
| Xikrin do Rio Catete  | 117 | Ouro, cobre e chumbo               |

### EMPRESAS COM MAIOR NÚMERO DE PEDIDOS

|                                      |     |
|--------------------------------------|-----|
| Mineração Silvana                    | 738 |
| Vale                                 | 211 |
| Mineração Tanagra                    | 176 |
| Mineração Serra Morena               | 166 |
| Mineração Itamaracá (Anglo American) | 125 |

Fonte: Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM)

### ELEMENTOS QUE MAIS SÃO ALVO DE PEDIDOS

|             |       |                                                                                                                        |
|-------------|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ouro        | 2.263 |                                                                                                                        |
| Cobre       | 198   | Muito usado na produção de materiais condutores de eletricidade                                                        |
| Cassiterita | 173   | Principal minério do estanho, cujos compostos são usados para fixar a cor no tingimento de tecidos                     |
| Chumbo      | 118   | Usado na construção civil, em munição, proteção contra raios X, entre outros                                           |
| Estanho     | 103   | Usado na proteção do aço contra corrosão, como capa protetora de dutos de cobre e na fabricação de latas, entre outros |

presentantes do movimento indígena temem que a mineração crie uma dependência dos índios em relação a recursos externos, uma vez que estão previstos no substitutivo repasses de no mínimo 5% do faturamento bruto das mineradoras para as comunidades afetadas. Receiam ainda que haja uma substituição das obrigações do Estado, como o provimento de saúde, por contrapartidas oferecidas pelas empresas.

— Os povos indígenas que estão nas áreas de influência de grandes empreendimentos recebem cesta básica e dinheiro, o que inibe os mais velhos a passarem adiante conhecimentos tradicionais sobre lavoura e caça. O mesmo vai acontecer com a mineração. Quando a atividade acabar e a fonte de recursos cessar, as novas gerações não saberão tirar da terra sua subsistência — diz Cleber Buzatto, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

### CONSTITUIÇÃO PREVÊ CONSULTA A ÍNDIOS

Os críticos também se opõem ao substitutivo porque este não prevê poder de veto aos índios. Se eles não aceitarem a mineração em suas terras, uma comissão da qual não participam, decidirá por eles. Outro ponto polêmico é que não há salvaguardas para as reservas. Em tese 100% das terras podem ser alvo de mineração.

A Constituição não prevê que os índios deem a palavra final sobre a lava em suas reservas. No parágrafo terceiro do artigo 231, é dito que essa decisão cabe ao Congresso, mas os indígenas devem ser consultados, “ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lava, na forma da lei”. Na ausência desta, vale a Convenção

169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Brasil em 2002, que insiste na consulta aos índios “por meio de procedimentos adequados”.

O problema é que ainda não há parâmetros para esses procedimentos — se a audiência deve ser em língua nativa, por exemplo. Um grupo interministerial foi formado com esse intuito em 2012, mas não chegou a conclusão alguma. A Funai, então, decidiu organizar as audiências, que serão realizadas até junho. Sobre a mineração em terras indígenas, a Fundação afirma que as discussões devem ser feitas “em conjunto com o Estatuto dos Povos Indígenas”, sob revisão. Para os críticos, o tema é tratado em projeto de lei para dar celeridade à sua aprovação. O Ministério de Minas e Energia, por sua vez, diz que “a regulamentação das atividades em terras indígenas é essencial para formalização das lavras ilegais”.

— O texto da Constituição foi o possível em 1988, tamanha a pressão das mineradoras. Não podemos deixar os índios de fora da discussão — afirma o antropólogo Ricardo Verдум, da Universidade de Brasília.

O autor do substitutivo, o deputado federal Édio Lopes (PMDB/RR), frisa que seu projeto cria fundos a longo prazo para que os índios não fiquem desprotegidos e que as reservas de povos cujo “estágio cultural” não lhes permita entender o debate serão preservadas. Ele descarta o poder de veto aos índios e espera votar o projeto ainda este ano.

— A mineração em terras indígenas vai acontecer com ou sem consentimento, então, é melhor que eles negociem. ●

## ‘Mineração só vai trazer doença e briga’

### Corpo a corpo

#### Davi Kopenawa Yanomami

Líder dos ianomamis, povo que sofre com garimpo ilegal, diz que empresa destrói a natureza

#### ● Por que o povo ianomami é contrário à mineração em terras indígenas?

A mineração não vai trazer benefícios, só doença, pobreza, briga. Ela representa ameaça para o povo indígena. Vai precisar abrir estrada de ferro para transportar mercadoria. A máquina vai derrubar árvores e deixar os igarapés poluídos.

#### ● O projeto prevê compensações para os índios. Nem assim vale a pena?

Não. Dinheiro passa como vento. Grande empresa destrói a natureza. Somos sobreviventes, sabemos que o empresário quer arrancar riqueza da terra e exportar.

#### ● Os ianomamis foram ouvidos?

Não estão ouvindo as comunidades. Queremos que autoridades venham até nós falar de frente. Queremos olhar na cara deles, no espírito deles, na alma deles.

#### ● A Funai tem protegido os direitos dos ianomamis?

O governo, a Funai, a Polícia Federal não querem resolver o problema. (D.N.) ●

## ‘Não queremos ficar à margem’

### Corpo a corpo

#### Renato da Silva Matos Tucano

Diretor de federação do Alto Rio Negro, que reúne 23 povos, é a favor da regulamentação

#### ● Por que alguns povos do Alto Rio Negro são favoráveis à mineração em terras indígenas?

Nos interessa discutir. Nossa proposta (do povo tucano) é que tenha uma lei para garantir o bem-estar dos índios. Não queremos ter mais prejuízo. Estamos pensando nas gerações que virão.

#### ● Os críticos dizem que os índios ficarão dependentes de recursos externos e vão desaprender a viver da terra...

Estamos preparados para isso. Já temos contato com o homem branco. Vivemos em uma realidade diferente daquela de anos atrás. Há índios com nível superior, que sabem mexer em computador. Mas mantemos nossa cultura, nossos cultos

#### ● Como garantir o bem-estar dos índios na lei?

Não queremos ficar à margem da exploração. Queremos saber todos os detalhes, ter acesso aos relatórios de produção, aos relatórios de impacto ambiental e que isso seja previsto em lei. (Danielle Nogueira) ●